



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 11ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia

23 de Setembro de 2023

Plenária Ordinária

1 Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às nove horas e quinze minutos,
2 iniciou-se o segundo dia da Décima Primeira Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo Nono
3 Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida,
4 Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carla Isadora Barbosa Canto, Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza,
5 Clarissa Paranhos Guedes, Evandro Morais Peixoto, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Ivani Francisco de
6 Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza Bernardes, Juliana de Barros Guimarães, Maria
7 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Nita Tuxá, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,
8 Raquel Souza Lobo Guzzo, Roberto Chateaubriand Domingues, Rodrigo Acioli Moura e Rosana Mendes Éleres
9 de Figueiredo. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho inicia a reunião saudando as¹ participantes, e justificando as
10 ausências. Em seguida, passou à discussão dos pontos de pauta. **Ponto 11. PLANEJAMENTO**
11 **ESTRATÉGICO (Processo Sei nº 576600029.000027/2023-50).** Antônio Nascimento, representante da
12 Participar, apresentou o ponto. Comentou sobre o Planejamento Estratégico e pontuou que tudo que será
13 apresentado é resultado dos esforços do Conselho Federal de Psicologia. Falou que o documento envolve
14 toda a organização e que todas as funcionárias, colaboradoras foram escutadas. Ressaltou o objetivo:
15 Promover uma reflexão sobre a identidade e projeto político do Conselho Federal de Psicologia. Desenvolver
16 processo de diálogo com a participação das pessoas que integram o XIX Plenário do CFP (efetivas e
17 suplentes) e que atuam como colaboradoras (coordenadoras, gerentes, supervisores, assessores, analistas
18 etc.). Comentou sobre a estrutura metodológica, ambiente externo, ambiente interno, identidade, estratégia
19 e plano de ação. Comentou também sobre o Plano de Ação, eixos estratégicos. Assim, após um rico debate
20 ativo, de forma assertiva e em consonância com a sua identidade e ambiente interno e externo, o Conselho
21 Federal de Psicologia definiu os seguintes eixos como temas estratégicos: Exercício da Profissão; Incidência
22 Política; Articulação em Rede; Aprendizagem de Desenvolvimento Institucional. Falou também sobre Eixos e
23 Objetivos Estratégicos: Exercício da Profissão: Assegurar o aprimoramento da orientação e normatização do
24 exercício profissional, em conformidade com os parâmetros técnicos, científicos e éticos, frente aos grandes
25 desafios enfrentados pela sociedade brasileira e às mudanças impostas pela dinâmica social e pelo avanço
26 das ciências e da tecnologia. Intensificar a atuação em prol da melhoria da qualidade da formação em
27 Psicologia. Incidência Política: Incidir politicamente nas diversas instâncias decisórias frente a projetos e
28 propostas que assegurem condições mais adequadas ou que ameacem o exercício profissional. Atuar de
29 forma organizada para influenciar atitudes sociais, processos políticos e a formulação de políticas que
30 promovam o exercício científico e profissional e o enfrentamento de desafios nacionais relacionados à
31 Psicologia, bem como o desenvolvimento da sociedade. Articular esforços na luta pela melhoria da qualidade
32 da formação em Psicologia, contemplando a pluralidade, a competência acadêmica e o compromisso com o
33 aperfeiçoamento da sociedade, pautados numa perspectiva de direitos humanos plenos. Articulação em
34 Rede: Ampliar a articulação e o diálogo com instituições e coletivos sociais que atuam em áreas de interface
35 com a Psicologia como ciência e profissão. Aprendizagem e Desenvolvimento Institucional: Fortalecer as
36 estruturas físicas, tecnológicas e os processos de governança e de gestão do Conselho Federal de Psicologia e
37 do Sistema Conselhos. Sistematizar e produzir conhecimentos que possibilitem gerar linhas de ação conjunta
38 ou legados institucionais para o Conselho Federal de Psicologia e o Sistema Conselhos. Dinamizar a política e
39 os processos de comunicação institucional (público interno e externo) do Conselho Federal de Psicologia.
40 Promover o desenvolvimento profissional de modo a possibilitar o bem-estar e a ascensão técnico-
41 profissional dos quadros do Conselho Federal de Psicologia. Algumas Considerações: Vivenciamos um
42 movimento contínuo de construção e desenvolvimento de conhecimentos que subsidiaram a formulação de
43 ações estratégicas. Privilegiamos o intercâmbio de ideias, aperfeiçoamento dos diálogos e debates e
44 fortalecimento de relações entre os participantes. O Plano Estratégico 2023/2025 (dois mil e vinte e três a
45

46 dois mil e vinte e cinco) do Conselho Federal de Psicologia é fruto de um processo participativo, envolveu
47 pessoas de diferentes níveis hierárquicos em um processo de construção compartilhada, reflete fielmente a
48 essência da instituição. Um planejamento que não se fixou somente no funcionalismo característico dos
49 modelos mais tradicionais de formulação de estratégias, mas adotou também a definição de estratégias sob o
50 viés político. A formulação das estratégias marcou o envolvimento dos participantes com questões sociais e
51 políticas, considerando-os elementos dinamizadores do processo de mudança e ressaltando a relação dos
52 participantes com tais questões. Desafios: Ações para mitigar o contexto interno, descortinado na análise
53 SWOT, foram formuladas. Necessário equalizar o tratamento dado às ações voltadas para os ambientes
54 externo e interno. A análise detalhada das partes interessadas do Conselho Federal de Psicologia,
55 compreendendo seu papel, suas necessidades e expectativas, será fundamental. As ações de incidência estão
56 intrinsecamente ligadas a uma análise criteriosa desses atores, bem como ao modelo de comunicação a ser
57 adotado para exercer influência sobre eles. Planejamento Estratégico demanda tempo e requer pensar o
58 futuro e agir sobre o presente, na perspectiva do horizonte desejado. Perguntou como abordar essa questão
59 e destacar a importância da equipe em lidar com as rotinas de trabalho em um ambiente constantemente
60 turbulento e sujeito a mudanças, que continuamente gera novas demandas para a instituição? Aprimorar o
61 alinhamento entre o planejamento das ações e o planejamento orçamentário, de modo a garantir que os
62 recursos financeiros disponíveis sejam alocados de forma estratégica e eficiente para a implementação das
63 iniciativas planejadas. Perguntou ainda se o Plano Estratégico é uma Ferramenta de Gestão ou somente
64 um Documento Institucional de prestação de contas? Comentou sobre Tensões envolvendo Marco Legal (Lei
65 nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971) e o “Evolucionismo Organizacional”, provocando momentos simbólicos
66 de contentamentos e descontentamentos. Foi necessário criar e incorporar mecanismos para lidar
67 criativamente com dimensões subjetivas que povoam o ambiente organizacional do Conselho Federal de
68 Psicologia, como racionalidade limitada (processo decisório), poder, conflito, cooperação, competição, regras,
69 convenções, interesses, acordos e pactos. Gestão do “Óbvio”, alguns exemplos: Construção de manual
70 contendo todos os passos (fluxos) necessários para realização das despesas; Atualizar o Manual de
71 Procedimentos Administrativos, Financeiros e Orçamentários, em conformidade com a legislação vigente e
72 com as recentes orientações dos órgãos de controle; Qualificar a interlocução entre comunicação do
73 Conselho Federal de Psicologia e áreas técnicas do Conselho, aprimorando fluxos e métodos de trabalho;
74 Desenvolver um Sistema de Gestão de Eventos que otimize a logística e o fluxo operacional, proporcionando
75 um planejamento eficiente, alocação de recursos otimizada, coordenação precisa de atividades e
76 acompanhamento em tempo real; Promover processos formativos para alinhamento quanto aos aspectos
77 contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais e de custos com funcionários das áreas contábil,
78 orçamentária, financeira do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia;
79 Aperfeiçoar os fluxos da instrução processual, estabelecendo documentos necessários e prazos para
80 encaminhamentos de processos licitatórios e contratação direta ao Setor de Licitações e Contratos. Ivani
81 Francisco de Oliveira agradeceu e disse que o processo foi todo feito com a participação das conselheiras e
82 das funcionárias e realizado de forma participativa. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho falou sobre a jornada
83 do XIX Plenário até agora e que tudo foi construído durante a elaboração do Planejamento Estratégico. Maria
84 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro considerou o quanto o Plenário trabalhou pensando na posteridade desta
85 gestão. Pontuou que o planejamento estratégico é um instrumento que ultrapassa esta gestão, pois serve
86 para organizar as ações e repensar os modos de trabalho. Antônio da Participar explicou quais serão os
87 próximos passos a serem desenvolvidos de acordo com os documentos. E que é preciso fazer um relatório
88 anual de gestão e que este relatório precisa ser bem analítico. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo
89 comentou que fizeram a gestão até o momento sem o estabelecimento de um planejamento estratégico.
90 Pontuou que é preciso que tenhamos um planejamento do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) com mais
91 antecedência. Pontuou que não sabe se a construção do planejamento estratégico via gerências é o mais
92 adequado, pois pensa que as conselheiras devem participar também. Raquel Souza Lobo Guzzo perguntou se
93 podemos definir um momento para elencar as ações a serem desempenhadas no ano de 2024 (dois mil e
94 vinte e quatro). Pedro Paulo Gastalho de Bicalho solicitou que as conselheiras não marquem nenhum evento
95 nos dias de plenárias em que a Apaf será discutida e que os primeiros dias de dezembro serão dedicados a
96 realizar o planejamento do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro) O plenário solicitou que o planejamento
97 orçamentário para o próximo ano seja apresentado. **Encaminhamento:** Apresentar ao Plenário o orçamento
98 comentado na plenária de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três). **Ponto 12. PROPOSTA DE PORTARIA -**
99 **PRAZOS E NORMAS PARA REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS (Processo Sei nº 576600018.000913/2023-**
100 **11).** Verônica Pierre apresentou o ponto. Comentou que no dia 23 (vinte e três) de março de 2023 (dois mil e
101 vinte e três), foi publicada a Resolução CFP nº 06/2023 que regulamenta a emissão de passagens, reserva de
102 hospedagens e concessão de verbas relativas a representações institucionais de interesse do Conselho
103 Federal de Psicologia. Para o fiel cumprimento da Resolução, bem como de normas do Tribunal de Contas da
104

105 União, faz-se necessária a publicação de uma Portaria que especificará prazos e outras normas referentes à
106 participação em atividades institucionais. Diante disso, apresentamos a minuta de Portaria para apreciação
107 do Plenário. Procedeu à leitura da Minuta de Portaria e considerações foram ponderadas. Após debate na
108 plenária encaminhou-se que a Minuta de Portaria está aprovada, mas precisa de
109 ajustes. **Encaminhamentos:** A) Analisar a legalidade do parágrafo único do Art. 5º, Seção III da Minuta de
110 Portaria. B) Aprovada a Portaria que estabelece prazos e outras normas para representações institucionais,
111 condicionada à consulta à Gerência Jurídica a respeito do impedimento de participação de conselheiros em
112 reuniões Plenárias e de Diretoria, caso não atendam ao parágrafo único do Art. 5º da Portaria. **Ponto**
113 **13. PORTARIA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONSTRUÇÃO DE REGIMENTO INTERNO DO**
114 **PEPSIC (Processo Sei nº 576600004.000026/2023-93).** Antônio Virgílio Bittencourt Bastos falou sobre a
115 Portaria nº 17, de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três) que institucionaliza, no âmbito do Conselho
116 Federal de Psicologia, o programa Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e cria o seu Comitê Gestor. O
117 Comitê Gestor do PePSIC, no processo de construção do Regimento Interno do PePSIC, dentro do prazo de
118 120 (cento e vinte) dias, conforme deliberado pela Portaria, entendeu a necessária contratação de serviços de
119 Consultoria para auxiliá-lo na Construção do Regimento Interno, bem como um estudo de ferramentas atuais
120 para auxiliar as revistas, as editoras, os autores e os leitores dos artigos científicos publicados, com o objetivo
121 de reposicionar o portal PEPSIC resgatando o pioneirismo que o portal teve na sua abertura em 2005 (dois
122 mil e cinco). § 3º O Comitê Gestor deverá elaborar seu regimento interno e submeter à aprovação do Plenário
123 do CFP, em até 120 (cento e vinte) dias após a publicação desta Portaria. Na 14ª (décima quarta) Reunião de
124 Diretoria do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia, realizada no dia 06 (seis) de julho de 2023 (dois
125 mil e vinte e três), a diretoria autorizou a contratação da consultoria e a prorrogação do prazo para a
126 construção do Regimento Interno pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias e indica pautar para o Plenário, como
127 informe. Considerando que não foi possível deliberar na última reunião Plenária, solicitamos aprovar a
128 prorrogação em 180 (cento e oitenta) dias. **Encaminhamento:** Aprovada a prorrogação do prazo para a
129 construção do Regimento Interno por 180 (cento e oitenta) dias. **Ponto 14. AVALIAÇÃO DE TESTES**
130 **PSICOLÓGICOS (Processo Sei nº 576600003.000312/2023-69).** Evandro Morais Peixoto comentou que a
131 intenção é julgar os testes psicológicos analisados pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica,
132 conforme previsto na Resolução CFP nº 31/2022, em vigência à época da submissão: 1) Teste Conciso de
133 Raciocínio - Atualização de Normas, cujo parecer da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica é
134 favorável; 2) Teste Não Verbal de Inteligência para Crianças R-2 - Evidências de Validade, cujo parecer da
135 Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica é favorável; 3) Atenção Concentrada (AC15) - Evidências de
136 Validade, cujo parecer da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica é favorável. Pedro Paulo Gastalho de
137 Bicalho perguntou sobre os estudos de validade dos testes. Raquel Souza Lobo Guzzo perguntou se existe na
138 Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica – CCAP uma proposta de avaliar o índice de desuso dos testes.
139 Evandro Morais Peixoto pontuou que os testes vencem e que alguns testes não são encaminhados
140 novamente para avaliação, pois caem em desuso e pensa ser importante realizar uma pesquisa sobre esta
141 temática. Após discussão, o plenário aprovou os pareceres dados pela Comissão Consultiva em Avaliação
142 Psicológica. **Encaminhamentos:** A) A atualização de normas do Teste Conciso de Raciocínio foi aprovada para
143 uso profissional. B) As evidências de validade do Teste Não Verbal de Inteligência para Crianças R-2 foram
144 aprovadas para uso profissional. C) As evidências de validade do Teste Atenção Concentrada (AC15) foram
145 aprovadas para uso profissional. D) Incluir número do CRP do responsável técnico pela submissão dos testes
146 nos relatórios da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica. **Ponto 15. DIFICULDADES COM PRAZOS**
147 **DISCIPLINARES E CONVITE PARA REUNIÃO (Processo Sei nº 576600290.000061/2023-24).** Carolina Saraiva
148 ponderou que considerando que os relatórios necessitam de revisão pela SOE e pela GJUR antes da data
149 agendada para o julgamento, o cronograma para a produção e devolução do documento pelo conselheiro
150 relator é de até 15 (quinze) dias corridos antes da data agendada para o julgamento. O atraso na entrega
151 acarreta adiamentos nas datas de julgamentos de alguns processos, fazendo com que tenhamos mais de 8
152 (oito) sessões em um dia. Assim, é preciso maior esforço para cumprimento dos prazos. Aproveitamos a
153 ocasião para convidar os conselheiros aptos a relatar processos disciplinares para a reunião mencionada na
154 plenária de agosto, com o intuito de repactuar questões relativas aos processos disciplinares e tirar dúvidas.
155 Sugerimos que a reunião online seja no dia 20 (vinte) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três), sexta-feira,
156 às 14 (catorze) horas. O link será encaminhado posteriormente por e-mail, se a plenária concordar. Pontuou
157 que alguns julgamentos de Processos Disciplinares foram cancelados com 24 (vinte e quatro) horas de
158 antecedência. E fez outros apontamentos quanto à dificuldade com os prazos e andamento dos trabalhos.
160 Ivani Francisco de Oliveira perguntou sobre a disponibilidade de data para a realização da reunião. As
161 conselheiras apontaram as suas indisponibilidades. Carolina Saraiva ponderou que é preciso fazer esta
162 reunião ainda este semestre e pediu ajuda da Coordenação para organização da data. **Encaminhamentos:** A)
163 A data proposta não foi aprovada. B) Encaminhar enquête para o Plenário para agendar nova data de
164 reunião. **Ponto 16. PROCESSOS DISCIPLINARES - OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO 2023 (Processo Sei nº**

165 **576600290.000040/2023-17**). Carolina Saraiva pontuou que conforme combinado na plenária de agosto de
166 2023 (dois mil e vinte e três), é necessário: a) indicar 7 conselheiras para composição de quórum dos
167 julgamentos a seguir, por turno ou por dia, e quem estará online ou presencial; b) Incluir processos para
168 julgamento nos meses de outubro e novembro, considerando a votos revisores e repautados por adiamento,
169 a pedido das partes ou de conselheiros relatores. Designar relatores para os processos pautados para
170 novembro e dezembro: 1) Outubro – 19 (dezenove) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três), quinta-feira,
171 sob presidência de Ivani Francisco de
172 Oliveira: https://docs.google.com/document/d/1yrV5yw5dTIBGw0ZrP8hEOLwag_GDc16_Ys04QdqYXHQ/edit?usp=sharing;
173 2) Novembro - 09 (nove) e 10 (dez) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), quinta e
174 sexta-feira, sob presidência de Pedro Paulo Gastalho de
175 Bicalho: <https://docs.google.com/document/d/1279msQYT-E4ju9kdTQ5-9cFs2HSSoDkNFqeU7OeTpwM/edit?usp=sharing>;
176 3) Dezembro – 07 (sete) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), quinta-feira, sob
177 presidência de Ivani Francisco de Oliveira: <https://docs.google.com/document/d/1DikS3Is-JaG9w4RTjpu6KqKINO7aUaZ9UENRkevWBJw/edit?usp=sharing>. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
179 comentou que não pode mais ficar disponível durante todo o dia para o Julgamento dos Processos
180 Disciplinares, então se disponibilizou para participar no período da manhã. Carla Isadora Barbosa Canto
181 ponderou que não está mais disponível para participação dos Julgamentos às quintas-feiras. Célia Mazza de
182 Souza solicitou que o julgamento do Processo Ético em que ela é relatora no mês de outubro seja no período
183 vespertino. Em seguida procedeu à definição de relatoria e de quórum para os Julgamentos dos Processos
184 Disciplinares em outubro, novembro e dezembro de 2023 (dois mil e vinte e
185 três). **Encaminhamento:** Designação de relatores e composição de quórum para os julgamentos a serem
186 realizados em outubro, novembro e dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três) compilados
187 em: <https://docs.google.com/document/d/1gegEziNY01OnB6aDtNwHJHtttC0flxIGTeD93Im9G8/edit>. A
188 plenária foi interrompida às 12:36 h (doze horas e trinta e seis minutos) e retomada às 14:08h (catorze horas
189 e oito minutos). **Ponto 17. MINUTA DE RESOLUÇÃO - ESTRUTURA DE CENTRO DE CUSTOS DO SISTEMA**
190 **CONSELHOS DE PSICOLOGIA (Processo Sei nº 576600002.000025/2023-69)**. José Eli Vasconcelos referiu que
191 em outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Tribunal de Contas da União expediu o acórdão 2402, o qual
192 trouxe diversas determinações relacionadas à gestão financeira e de cobrança dos conselhos profissionais. As
193 determinações foram direcionadas aos conselhos federais, mas com aplicação nos conselhos regionais.
194 Diante disso, durante a reunião de tesouraria realizada na véspera da Apaf de maio deste ano, foram
195 discutidas as implicações dessas determinações no âmbito dos conselhos de psicologia. Na ocasião, um grupo
196 composto por funcionários do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais foi formado com o objetivo de
197 propor formas de regulamentação para cada tema indicado pelo Tribunal. O grupo de trabalho está se
198 reunindo semanalmente para tratar cada item do acórdão. O primeiro item construído diz respeito à
199 estrutura de apuração de custos, que é o objeto desta minuta. Procedeu à leitura da Minuta de Resolução.
200 Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro perguntou se foi pensado algum instrumento de fiscalização no
201 Artigo 7º, pois está descrito como obrigação a apuração de custos e há uma metodologia que precisa ser
202 justificada. José Eli Vasconcelos referiu que esta é uma Minuta de Resolução interna, somente para o Sistema
203 Conselhos. Célia Mazza de Souza pensa que na reunião de Tesoureiros pode ser realizada uma orientação
204 quanto às diferenças existentes nos Conselhos Regionais, conforme Artigo 7º. Pede a aprovação da Minuta de
205 Resolução pois entrará na resposta que será direcionada ao Tribunal de Contas da União. Após o
206 evidenciamento, passou-se ao regime de votação. Em votação, o plenário aprovou a Minuta de Resolução por
207 unanimidade. **Encaminhamentos:** A) Aprovada, por unanimidade, a Minuta de Resolução que regulamenta a
208 estrutura de apuração de custos do Sistema Conselhos de Psicologia. B) Na reunião de Tesoureiros do Sistema
209 Conselhos de Psicologia, realizar orientação dos aspectos metodológicos, conforme Art. 7º da Minuta de
210 Resolução. **Ponto 18. MINUTA DE RESOLUÇÃO - REGULAMENTAR OS CRITÉRIOS DE COBRANÇA DE**
211 **CRÉDITOS IRRECUPERÁVEIS, IRRISÓRIOS E DE DIFÍCIL RECUPERAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA CONSELHOS**
212 **DE PSICOLOGIA (Processo Sei nº 576600002.000032/2023-61)**. José Eli Vasconcelos contou que em outubro
213 de 2022 (dois mil e vinte e dois), o Tribunal de Contas da União expediu o acórdão 2402, o qual trouxe
214 diversas determinações relacionados à gestão financeira e de cobrança dos conselhos profissionais. As
215 determinações foram direcionadas aos conselhos federais, mas com aplicação nos conselhos regionais.
216 Diante disso, durante a reunião de tesouraria realizada na véspera da Apaf de maio deste ano, foram
217 discutidas as implicações dessas determinações no âmbito dos conselhos de psicologia. Na ocasião, um grupo
218 composto por funcionários do conselho federal e dos conselhos regionais foi formado com o objetivo de
219 propor formas de regulamentação para cada tema indicado pelo Tribunal. O grupo de trabalho está se
220 reunindo semanalmente para tratar cada item do acórdão. O segundo item construído diz respeito aos
221 critérios de cobrança de créditos irrecuperáveis, irrisórios e de difícil recuperação, que é o objeto desta
222 minuta. Procedeu à leitura da Minuta de Resolução. Célia Mazza de Souza perguntou sobre a
223 responsabilidade com a verba pública. Após o evidenciamento, passou-se ao regime de votação. Em votação,

224 o plenário aprovou a Minuta de Resolução por unanimidade. **Encaminhamentos:** Aprovada, por
225 unanimidade, a Minuta de Resolução que regulamenta os critérios de cobrança de créditos irrecuperáveis,
226 irrisórios e de difícil recuperação no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. **Ponto 19. MINUTA DE**
227 **RESOLUÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PATROCÍNIO E APOIO**
228 **INSTITUCIONAL DO CFP (Processo Sei nº 576600016.000011/2023-96).** José Eli Vasconcelos referiu que no
229 dia 10 (dez) de setembro de 2019 (dois mil e dezenove), o Conselho Federal de Psicologia recebeu o Ofício nº
230 1044/2019-TCU, no qual, dentre outras providências, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº
231 1925/2019 que elaborado a partir do Relatório de Fiscalização Centralizada (FOC), determina aos Conselhos
232 Profissionais a instituição de atos normativos próprios, de natureza abrangente, para disciplinar a
233 transferência de recursos a terceiros através da celebração de convênios e patrocínios dentro de seus
234 respectivos sistemas. Como resposta a essa exigência do Tribunal de Contas da União, a partir da articulação
235 de diversas áreas técnicas do Conselho Federal de Psicologia, foi elaborada minuta de Resolução destinada a
236 regulamentar e orientar a concessão de patrocínio e apoio, aplicando os princípios e diretrizes pertinentes à
237 Administração Pública, com destaque ao papel institucional do Conselho Federal de Psicologia, aplicando-se,
238 no que couber, aos Conselhos Regionais. A minuta da Resolução foi construída no sentido de determinar que
239 toda e qualquer relação de patrocínio ou apoio eventualmente celebrada pelo Conselho Federal de
240 Psicologia, precisa, necessariamente, considerar o melhor interesse para a autarquia e para fortalecimento da
241 sua marca institucional junto à categoria e à sociedade como um todo. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
242 comentou que o Tribunal de Contas da União está cobrando um posicionamento e que a discussão deste
243 ponto é urgente. Rafael Taniguchi salientou que os pedidos de apoio aumentaram exponencialmente. Disse
244 que não tem rubricas específicas para algumas solicitações, como as passagens por exemplo. E que em
245 muitas solicitações de apoio, mais especificamente, em 98% (noventa e oito por cento) delas não houve
246 prestação de contas. Ednilson Couto procedeu à leitura da minuta de Resolução. Alessandra Santos de
247 Almeida perguntou se os movimentos sociais podem solicitar apoio ao Conselho Federal de Psicologia e ficou
248 pensando quanto às restrições aos direitos humanos. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo perguntou se a
249 FOC do Tribunal de Contas da União veda a concessão de passagens e diárias e ficou preocupado se isso
250 inviabilizaria ou limitaria o apoio e ponderou que, se tiver fundamento legal, é preciso discutir esse ponto.
251 Pensa que alguns Conselhos Regionais têm a possibilidade de apoiar os eventos, então pensa que o Conselho
252 Federal de Psicologia deve deixar os apoios locais aos Conselhos Regionais de Psicologia. Maria Carolina
253 Fonseca Barbosa Roseiro ponderou sobre a nomenclatura de Pessoa Jurídica, que está genérica e que existem
254 vários tipos de Pessoas Jurídicas e que é preciso levar isto em consideração. Salientou que o Artigo 6º
255 menciona a sociedade civil, mas a citação está muito abrangente. No Artigo 8º a palavra “relevância” tem
256 uma análise muito abrangente. Dessa forma, sugeriu modificar o termo, pois como está descrito fica sob a
257 responsabilidade de quem está tomando a decisão. Ainda, destacou que, quanto ao aspecto geral, é preciso
258 regulamentar, pois há muitas interfaces com diversos atores. No Artigo 20 ponderou que a instância na qual
259 se situa a decisão não é a Diretoria unicamente, pois a responsabilidade é dividida com o Plenário. Chamou a
260 atenção para o Artigo 13 (treze) quanto às ações comemorativas, festivas e confraternizações e perguntou
261 como será definido o que é festivo, o que é confraternização e a diferenciação de algumas atividades do
262 conselho Federal de Psicologia. Alessandra Santos de Almeida perguntou sobre a obrigatoriedade de o evento
263 ser transmitido. Emanuelle Silva pontuou que após validar a Minuta de Resolução, é preciso conversar com as
264 conselheiras responsáveis e verificar algumas ações que devem ser executadas. Wesley Costa falou sobre as
265 diárias que se configuram como patrocínio. E sobre os eventos festivos, ressaltou que a finalidade do
266 Conselho Federal de Psicologia não é realizar eventos festivos e sim orientar e fiscalizar. Pedro Paulo Gastalho
267 de Bicalho perguntou sobre o que é possível enxugar na Minuta de Resolução sem perder o seu sentido. E
268 salientou que é preciso diferenciar o patrocínio e o apoio. Perguntou se é possível uma aprovação *ad*
269 *referendum*. Pensa que a Minuta de Resolução pode ser enxugada e fazer um comparativo com a lei. Rodrigo
270 Acioli Moura disse que algumas decisões rápidas precisam ser tomadas e comentou sobre apoio e patrocínio.
271 Após ampla decisão a Minuta de Resolução foi colocada em votação, *ad referendum*. Em regime de votação,
272 o plenário aprovou a Minuta de Resolução por unanimidade, com a indicação de que a mesma seja
273 enxugada. **Encaminhamentos:** A) Revisar a Minuta, substituindo o detalhamento do texto dos artigos por
274 princípios da administração pública, quando possível. Por exemplo: Capítulo VI, Seção “Restrição”, no inciso III
275 do Art. 13, incluir o cumprimento ao princípio da impessoalidade. B) Aprovada *ad referendum* a Minuta de
276 Resolução que estabelece normas e diretrizes para transferência de recursos por meio da realização de
277 patrocínio e do apoio institucional em atividades, eventos e projetos firmados pelo Conselho Federal de
278 Psicologia. **Ponto 20. PROPOSTA DE NOMES DE COLABORADORES AD HOC PARA COLABORAR NA**
279 **PRODUÇÃO DE NOTA TÉCNICA SOBRE LAICIDADE (Processo Sei nº 576600003.000327/2023-27).** Camila Dias
280 comentou que no dia 19 (dezenove) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três), houve movimentação
281 processual na ADI 7426. O Ministro relator, Alexandre de Moraes, não apreciou o deferimento da medida
282 cautelar de suspensão imediata dos incisos V, VI, VII, VIII e IX, todos do art. 3º da Resolução CFP nº 07/2023,

283 tal como foi pleiteada pelos autores da ADI. O Ministro aplicou o rito do art. 12, da Lei de ADI (Lei n.
284 9.868/1999), o chamado rito abreviado, ocasião em que ele pede informações no prazo de 10 (dez) dias para
285 o Conselho Federal, em seguida pede a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da
286 República, sucessivamente, no prazo de 5 (cinco) dias. Retornando o processo para o Ministro relator, é feita
287 a análise, a construção do voto e, assim, ocorre a liberação do processo para a presidência da Corte pautar
288 para julgamento no plenário, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação. Em função disso, em
289 reunião de emergência entre os setores realizada no mesmo dia, houve o encaminhamento de produção de
290 nota técnica no prazo de 10 (dez) dias, de que trata o rito abreviado, com a colaboração de especialistas em
291 caráter *ad hoc*. Nesse sentido, a STec traz alguns nomes como sugestão para deliberação, para que sejam
292 convidados em tempo hábil. Seguem, portanto: Débora Diniz: antropóloga, pesquisadora e professora
293 universitária; Anis Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero. Artigo: Estado laico, objeção de
294 consciência e políticas de saúde; Marta Helena de Freitas: psicóloga, professora, pesquisadora, Doutora
295 (UNB), com pós-doutorado em psicologia da religião (Universidade de Kent, UK); Maurício Neubern:
296 psicólogo, professor, Doutor (UNB), com pós-doutorado pelo CEM (Centre Edgar Morin), e publicações
297 sobre Psicologia e Espiritualidade; Tatiana Lionço: psicóloga, Doutora (UNB), membro do CEP/CHS da UNB
298 entre 2015 a 2020, pesquisadora da temática Laicidade do Estado e do fundamentalismo religioso na política
299 nacional; Luiz Valengo Berni: psicólogo, Doutor (USP), pesquisador de espiritualidade/religião e laicidade;
300 coordenou o núcleo Laicidade e Religiosidade do CRP-SP, entre 2018 e 2019; ex-integrante do GT de Apaf
301 Laicidade e Psicologia; Reinaldo da Silva Junior: psicólogo, professor, pesquisador, Doutor em Ciência da
302 Religião (UFJF); ex-integrante do GT de APAF Laicidade e Psicologia; Diemerson Sacchetto: psicólogo,
303 professor, com doutorado e pós-doutorado (UFES), em pesquisas na temática religiosidade/espiritualidade;
304 ex-integrante do GT de APAF Laicidade e Psicologia. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comentou sobre a ADI
305 referente à Resolução de Laicidade. Priorizou a indicação de Débora Diniz, Marta Helena de Freitas e
306 Maurício Neubern. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro pensa que é preciso considerar a disponibilidade
307 das pessoas e acredita que Tatiana Lionço não seja uma boa indicação. Pensa que podem ser chamados
308 Reinaldo da Silva Junior e Diemerson Sacchetto. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro acha que podemos
309 seguir uma linha de que a preocupação não é com a expressão da religião, mas sim com a divulgação dos
310 serviços. Após discussão, os nomes foram indicados. **Encaminhamentos:** A) Aprovada a participação dos
311 seguintes colaboradores *ad hoc* na elaboração da Nota Técnica que irá subsidiar a manifestação do CFP em
312 relação à ADI 7426: Débora Diniz; Marta Helena de Freitas; Maurício Neubern; Luiz Valengo Berni; Diemerson
313 Sacchetto. B) sugestão de incluir na elaboração da Nota Técnica: elucidar que é a atuação profissional do
314 psicólogo o foco, que deve ser realizada de forma laica (e não do cliente); análise de outros Conselhos
315 Profissionais sobre tema; as contribuições da legislação internacional sobre o tema. **Ponto 21. PROPOSTA DE**
316 **REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM GRAU DE RECURSO (Processo Sei nº**
317 **576600003.000292/2023-26)**. Camila Dias referiu que conforme os despachos da 9ª (nona) e 10ª (décima)
318 Reunião Plenária Ordinária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia, foi suscitada a necessidade de
319 se pensar em nova forma de organização do julgamento de processos administrativos. Desde então, o Setor
320 Técnico realizou alguns diálogos com a Secretaria de Orientação e Ética (SOE) e com a Gerência Jurídica
321 (GJUR) e, em acréscimo, algumas informações previamente levantadas pela SOE, relativas ao julgamento de
322 processos disciplinares, também foram válidas para subsidiar uma possível proposta para o julgamento de
323 processos administrativos, incluindo o resultado de enquête feita com conselheiras e conselheiros, em julho
324 de 2023 (dois mil e vinte e três). Ademais, entre outros encaminhamentos decorrentes da Plenária de agosto,
325 na qual se debateu acerca da organização dos próximos julgamentos de processos disciplinares de 2023 (dois
326 mil e vinte e três), houve os seguintes: A) Suspensa a sessão de julgamento do dia 15 (quinze) de setembro. A
327 Sessão de Julgamento de setembro ocorrerá dia 14 (catorze) de setembro de 2023 (dois mil e vinte e três). B)
328 O julgamento de outubro deve ser na quinta, dia 19 (dezenove) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três) e
329 não na sexta. C) Julgar apenas 8 (oito) processos éticos por mês a partir de setembro, em uma sexta-feira por
330 mês (com exceção de setembro e outubro). D) O julgamento dos processos administrativos não será junto
331 com os éticos. E) A SOE e STec avaliarão os cenários possíveis para a realização dos julgamentos de processos
332 administrativos fora da plenária presencial para apresentar proposta na próxima plenária. Considerando,
333 pois, os referidos encaminhamentos e a atual agenda de julgamentos de processos disciplinares, avaliou-se a
334 possibilidade de, para o mês de outubro, se aproveitar a data na qual não ocorrerá mais estes julgamentos,
335 para julgamento dos processos administrativos, qual seja dia 20 (vinte) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e
336 três). Ressalta-se que, em setembro, os julgamentos foram mantidos na plenária presencial, contudo,
337 vislumbra-se que a proposta de se aproveitar as datas supracitadas para o julgamento dos futuros processos
338 pode ser efetivada a partir do mês de outubro, preferencialmente de forma virtual, ou híbrida, conforme
339 aprovação do Plenário. A data de julgamento do mês de novembro, ainda deverá ser definida, conforme a
340 melhor disponibilidade das conselheiras. As conselheiras foram apontando os dias que não podem participar.
341 Então, ficou definido que os julgamentos dos processos administrativos serão realizados nos dias 21 (vinte e

342 um) de outubro e 17 (dezessete) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e
343 três). **Encaminhamentos:** Julgamento de processos administrativos agendado para as seguintes datas: A) 21
344 (vinte e um) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três), período vespertino, formato online. Participantes:
345 Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Roberto Chateaubriand Domingues, Carla Isadora Barbosa Canto,
346 Carolina Saraiva, Ivani Francisco de Oliveira, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Evandro Morais Peixoto e Maria
347 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro. B) 17 (dezessete) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três), período
348 vespertino, formato online. Participantes: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Célia Mazza de Souza, Alessandra
349 Santos de Almeida, Carolina Saraiva, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Juliana
350 de Barros Guimarães e Izabel Augusta Hazin Pires, caso necessário. **Ponto 22. CENSO - OFICINAS REGIONAIS**
351 **E SEMINÁRIO NACIONAL (Processo Sei nº 576600020.000166/2023-63).** Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
352 contou que o Censo da Psicologia Brasileira de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi concebido com a proposta de
353 ser um instrumento para acompanhar as transformações em curso na formação e no exercício profissional da
354 Psicologia, de modo a disponibilizar informações relevantes para o Sistema Conselhos e embasar suas
355 políticas a partir de um conhecimento mais profundo sobre a realidade da categoria. Desta forma,
356 caracteriza-se como o maior levantamento de informações já realizado sobre o exercício profissional da
357 Psicologia no país, com dados sobre orientação sexual, gênero, raça e deficiência aplicados à categoria. Foram
358 entrevistadas 20.207 (vinte mil, duzentas e sete) psicólogas de todo o país nos anos de 2021 (dois mil e vinte
359 e um) e 2022 (dois mil e vinte e dois). A pesquisa foi realizada por meio de questionários virtuais, abordando
360 questões como a pandemia, emprego e o advento de novas tecnologias para traçar transformações em curso
361 na formação e no exercício profissional da Psicologia. Decorrente deste levantamento, serão realizadas seis
362 oficinas regionais, com duração de 02 (dois) dias, cada uma contará com um agrupamento geográfico de
363 três a cinco Conselhos Regionais do Sistema Conselhos, sendo a região Nordeste dividida em dois blocos
364 devido ao número de Regionais que abriga. E, no final, será realizado o Seminário Nacional com a
365 participação de todos os Conselhos Regionais de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia. Para tanto,
366 foi desenvolvida uma plataforma com os dados do Censo de modo a viabilizar que cada Conselho Regional
367 possa aprofundar a descrição da sua realidade em todos os itens do
368 Censo: <https://censo.cfp.org.br/2022/painel>. Informamos que as datas para a realização das Oficinas
369 Regionais e Nacional sobre o Censo da Psicologia Brasileira foram definidas, após diálogo prévio realizado
370 pelas conselheiras secretárias de cada região: Região Sul: sede – Curitiba/PR, data: 20 (vinte) e 21 (vinte e
371 um) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três); Região Centro - Oeste: sede - Cuiabá/MT, data: 27 (vinte e
372 sete) e 28 (vinte e oito) de outubro de 2023 (dois mil e vinte e três); Região Norte: sede – Belém/PA, data: 17
373 (dezessete) e 18 (dezoito) de novembro de 2023 (dois mil e vinte e três); Região Nordeste 01 (CE, PI, MA e
374 RN): sede – Fortaleza/CE, data: 19 (dezenove) e 20 (vinte) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro);
375 Região Sudeste: sede: Vitória/ES, data: 02 (dois) e 03 (três) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro);
376 Região Nordeste 02 (BA, AL, PB, PE e SE): sede: Salvador/BA, data: 23 (vinte e três) e 24 (vinte e quatro) de
377 fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro); Seminário Nacional: sede: Brasília/DF, data: Março de 2024 (dois
378 mil e vinte e quatro). Rodrigo Acioli Moura perguntou sobre a representatividade. Antônio Virgílio Bittencourt
379 Bastos comentou sobre a Mostra da Representatividade e referiu sobre o Seminário Nacional que será
380 realizado no ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Sobre as oficinas regionais, disse que vão financiar 4
381 (quatro) pessoas de cada região, e as sessões serão financiadas com mais 1 (uma) pessoa e que a participação
382 engloba conselheiras e funcionárias. A plenária ponderou que a data do Seminário Nacional não será
383 aprovada agora e que é preciso iniciar as Oficinas Primeiro. Fazer lançamento do site do Censo da Psicologia
384 Brasileira na Efeméride dos 50 anos do Conselho Federal de Psicologia. **Encaminhamento:** A) Aprovado o
385 Projeto das Oficinas. B) Aprovadas as datas para realização das oficinas, com exceção da data do Seminário
386 Nacional que deve ser realizada em abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro). C) Fazer lançamento do site do
387 Censo da Psicologia Brasileira na efeméride dos 50 anos do CFP. **Ponto 23. APROVAÇÃO DOS NOMES PARA**
388 **PARTICIPAÇÃO DOS PAPOS EM COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS DO SISTEMA CONSELHOS (Processo Sei nº**
389 **576600274.000004/2023-43).** Camila Dias apresentou e contou que dentre as atividades comemorativas dos
390 50 anos do Conselho Federal de Psicologia, serão realizadas rodas de conversa, denominadas "Papos", com a
391 finalidade de resgatar a história de algumas temáticas no Conselho Federal de Psicologia. Conforme
392 deliberado na 10ª Reunião Plenária Ordinária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia, o grupo que
393 está acompanhando o projeto Memória da Psicologia Brasileira realizou reuniões para definir sugestões de
394 nomes que comporão os Papos: "O CFP e o Contexto Histórico" e "Pioneiros". Os nomes sugeridos para o
395 Papo "O CFP e o Contexto Histórico", a ser realizado em São Paulo, foram: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho-
396 Mediador (XIX Plenário); Arrigo Angelini (I Plenário); Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (IV, V e XVIII
397 Plenário); Ana Bock (IX, X Plenário); Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (XVII e XVIII Plenário). Quanto
398 ao Papo "Pioneiros", o grupo propõe que sua realização se dê no ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro),
399 considerando o acúmulo de atividades comemorativas dos 50 anos do CFP a serem realizadas até dezembro
400 deste ano e a necessidade de um levantamento mais detalhado dos possíveis nomes para a proposta. O

401 plenário foi realizando as indicações. **Encaminhamentos:** A) Aprovada a realização do Papo "O CFP e o
402 Contexto Histórico" na cidade de São Paulo com os seguintes convidados: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho-
403 Mediador (XIX Plenário); Arrigo Angelini (I Plenário); Antônio Virgílio Bittencourt Bastos (IV, V e XVIII
404 Plenário); Ana Bock (IX, X Plenário); Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (XVII e XVIII Plenário). B)
405 Aprovada a proposta de realização do Papo "Pioneiros" em 2024 (dois mil e vinte e quatro). **Ponto 24. EDITAL**
406 **DE FOMENTO - 50 ANOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA (Processo Sei nº**
407 **576600274.000015/2023-23).** Camila Dias referiu que no dia 23 (vinte e três) de agosto de 2023 (dois mil e
408 vinte e três) foi realizada reunião do grupo que acompanha o projeto Memórias da Psicologia Brasileira.
409 Estiveram presentes Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Juliana de Barros Guimarães, Neuza Maria de Fátima
410 Guareschi, Nádia Rocha e o corpo técnico da GTec. Na ocasião foi apresentado o encaminhamento da 10ª
411 (décima) Plenária, referente à possibilidade de reconstrução do edital, considerando a abrangência para
412 todos os Conselhos Regionais. Desta forma, foram elaboradas duas propostas a serem apreciadas por este
413 plenário. Apresentou o quadro comparativo. Célia Mazza de Souza comentou que o valor de R\$ 40 mil
414 (quarenta mil reais) para os Conselhos Regionais de grande porte é um valor irrisório. Após ampla discussão,
415 a plenária apresentou duas propostas: 1- Os Conselhos Regionais de pequeno e médio porte devem
416 apresentar projeto e o fomento será de até R\$ 40 mil (quarenta mil reais); 2- Os Conselhos Regionais devem
417 apresentar o projeto e os valores serão escalonados. As conselheiras fizeram a defesa das duas propostas.
418 Passou-se ao regime de votação. Em votação, Proposta 1- 13 (treze) votos. Proposta 2- 4 (quatro)
419 votos. **Encaminhamentos:** A) Foi aprovada a proposta de Edital - Versão nº 01, por 13 votos a 04. B) Alterar o
420 texto, na opção 01: "Concede o valor de R\$ 40.000" para "Concede o valor de até R\$ 40.000". **Ponto**
421 **25. EFEMÉRIDE - 50 ANOS DO CFP (Processo Sei nº 576600003.000104/2023-60).** Camila Dias informou que
422 em uma quinta-feira, 20 (vinte) de dezembro de 1973 (mil, novecentos e setenta e três), o Conselho Federal
423 de Psicologia promoveu a reunião inaugural com as integrantes de sua primeira gestão. Assim, neste ano, em
424 comemoração aos 50 anos do Conselho Federal de Psicologia, o grupo responsável pelo projeto Memória da
425 Psicologia Brasileira planejou a "Efeméride dos 50 anos do CFP" e submete tal proposta para apreciação desta
426 Plenária. O evento será realizado no CICB, será transferido online, e ocorrerá após a Apaf, no dia 16
427 (dezesesseis) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três). Na cerimônia serão apresentados os seguintes
428 produtos: Animação em vídeo demonstrando a expansão dos CRPs no Brasil desde a criação da Lei, ou seja,
429 dos 07 CRPs para os 24 CRPs; Vídeo institucional; Painéis impressos e grandes, com as principais ações do
430 Conselho Federal de Psicologia ao longo dos 50 anos, distribuídos como se fosse uma "exposição"; Pannel de
431 led para apresentação de vídeos curtos (30s a 01 min) com depoimentos de pioneiras, conselheiras e
432 colaboradoras(es) de todas as gestões do Conselho Federal de Psicologia; Além dos produtos supracitados,
433 haverá a celebração dos "Laços": reconhecimento de pessoas que contribuíram de forma destacada para a
434 constituição do Conselho Federal de Psicologia. Como convidados, participarão da atividade: Plenário do
435 Conselho Federal de Psicologia; Um representante das Comissões do Conselho Federal de Psicologia;
436 Delegação da Apaf; Integrantes *ad hoc* do grupo do projeto Memória da Psicologia Brasileira: Nádia Rocha e
437 Ana Jacó; Um representante de cada entidade do FENPB; Convidados de honra (ex-presidentas e
438 outros). **Encaminhamentos:** A) O Plenário aprovou o Projeto Efeméride dos 50 anos do Conselho Federal de
439 Psicologia. B) O Plenário reforçou a importância de apresentar o vídeo institucional na efeméride. **Ponto**
440 **26. TEMÁTICAS PARA OS PAINÉIS DA EFEMÉRIDE (Processo Sei nº 576600274.000022/2023-25).** Camila Dias
441 referiu que, dentre as atividades comemorativas dos 50 anos do Conselho Federal de Psicologia, está prevista
442 a realização do evento "Efeméride dos 50 anos do Conselho Federal de Psicologia", no dia 16 (dezesesseis) de
443 dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três). No planejamento da cerimônia, foi concebida a produção de
444 painéis impressos e grandes, com as principais ações do Conselho Federal de Psicologia ao longo dos 50
445 (cinquenta) anos, distribuídos no formato de "exposição", para compor um cenário que conta a história do
446 Conselho Federal de Psicologia. O grupo que está acompanhando o projeto Memória da Psicologia Brasileira
447 deliberou sobre os temas e conteúdos a serem utilizados como referência para a produção dos painéis. Foram
448 indicados 19 (dezenove) temas, relacionados à trajetória histórica do Conselho Federal de Psicologia e sua
449 incidência na Psicologia Brasileira: 1) Ata da eleição do primeiro plenário e sua primeira reunião; 2) Pioneiros
450 da Psicologia; 3) Criação dos Conselhos Regionais de Psicologia. 4) Estrutura do Sistema Conselhos; 5) Ações
451 Organizativas; 6) Avaliação Psicológica; 7) Formação; 8) Censos da Psicologia; 9) Políticas Públicas (Crepop);
452 10) Especialidades; 11) Direitos Humanos; 12) Exercício Profissional; 13) Ética Profissional; 14) Relações
453 Institucionais; 15) Memória da Psicologia; 16) Prêmios; 17) Periódicos; 18) Psicoterapia; 19) Psicologia na
454 Atualidade / E de agora em diante... Comentou que há a necessidade de que tudo esteja pronto em
455 novembro. Izabel Augusta Hazin Pires comentou que sentiu falta das Comissões CCAP, SAPP, CDH, SOE e
456 demais comissões. Disse ainda que a temática de Direitos humanos é muito ampla e que se o Conselho
457 Federal de Psicologia está sendo apresentado há que se mostrar a sua estrutura. Sugeriu incluir as Comissões.
458 Disse da importância de apresentar o vídeo institucional. Evandro Moraes Peixoto também concorda que
459 sejam acrescidas as comissões e que, ao invés de colocar a temática da Avaliação Psicológica, colocar CCAP.

460 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho pontuou que falta um painel sobre as grandes lutas da Psicologia, como a
461 luta antimanicomial, a Resolução CFP nº 01/1999. **Encaminhamento:** A) Aprovadas as temáticas dos painéis
462 que comporão a "Efeméride dos 50 anos do Conselho Federal de Psicologia", com inclusão das seguintes
463 sugestões: Os painéis Avaliação Psicológica, Direitos Humanos e Políticas Públicas devem ter como foco as
464 Comissões do CFP: (CCAP, CDH, CONPAS); Incluir um painel para o SAPP; Incluir as grandes Lutas da Psicologia
465 (Antimanicomial, Resolução CFP nº 01/99, entre outras). **Ponto 27. GT ELEIÇÕES - 2025/2028 - ADHOC**
466 **COMISSÃO NACIONAL DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E AFERIÇÃO (Processo Sei nº 576600004.000317/2023-**
467 **81).** Jefferson de Souza Bernardes contou que o Grupo de Trabalho Eleições se reuniu no dia 24 (vinte e
468 quatro) de agosto de 2023 (dois mil e vinte e três) e deliberou sobre a indicação de especialista em reserva de
469 vagas, *ad hoc*, para auxiliar o Grupo de Trabalho na construção do formato e das demandas da Comissão
470 Nacional de Heteroidentificação e Aferição (CNHA) para o processo eleitoral e Consulta Nacional do Sistema
471 Conselhos para o pleito de 2025/2028 (dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e oito). As Comissões
472 Eleitorais do último pleito haviam feito a indicação de Marcilene Garcia De Souza (Bahia), que conduziu o
473 curso e auxiliou na condução do trabalho da CNHA no último pleito. O Grupo de Trabalho fez a indicação de
474 Terlúcia Maria da Silva (Paraíba) e Cecília Izidoro (UFRJ). São apresentados os currículos das indicadas:
475 Marcilene Garcia De Souza (BA) - Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2010)
476 Bolsista do Programa Internacional de Bolsas na Pós Graduação da Fundação Ford - International
477 Fellowships Program (2007 a 2010); Possui Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná -
478 UFPR (2003) e, Especialização em Culturas Africanas e Relações Interétnicas na Educação Brasileira (2000). É
479 Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná -UFPR (1998); É pesquisadora
480 sobre Relações Raciais no Brasil, na área de Ações Afirmativas na Educação e cotas em concursos públicos,
481 destacadamente sobre heteroidentificação racial. Possui livros e artigos publicados sobre os temas
482 pesquisados. Atuou como consultora em Programas de Diversidades em Empresas Públicas e Privadas;
483 Coordenou a produção do Livro didático Africanidades Paranaenses da Coleção A África está em Nós da
484 Editora Grafset (2010) e organizou o Livro: Juventude, Violência, Cidadania e políticas públicas em Curitiba e
485 Região Metropolitana pelo IDDEHA, 2013. Foi Coordenadora Geral da Coordenação de Ações Afirmativas da
486 Secretaria Municipal de Igualdade Racial do Município de São Paulo (SMPIR/SP - 2013 e 2014) gestão do
487 Prefeito Haddad. É atualmente professora da disciplina de Sociologia do Instituto Federal da Bahia - IFBA/
488 Campus Salvador e Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis do IFBA. E-
489 mail: lenagsouza@yahoo.com.br. Terlúcia Maria da Silva (PB) - Mestra em Ciências Jurídicas - área de
490 concentração em Direitos Humanos, pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB.
491 Assistente Social, graduada pela Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas sobre violência
492 doméstica contra as mulheres e suas interfaces com o racismo e Relações Raciais no Brasil. Tem atuação nos
493 movimentos sociais feministas e de mulheres negras e atuação em ONGs, desenvolvendo projetos de
494 intervenção social com jovens e mulheres negras quilombolas e da periferia e no controle social das políticas
495 públicas. Compôs o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de João Pessoa por duas gestões. Atuou
496 no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, como Assistente Social do Centro
497 de Referência da Mulher Ednalva Bezerra de João Pessoa/PB (2013 - 2015). Compôs a coordenação Executiva
498 da Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba e atuou como Tutora/Professora na Especialização
499 em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPPGeR, na modalidade Educação à Distância, na
500 Universidade Federal da Paraíba e como Professora da Disciplina Organização e Gestão do Trabalho Social na
501 MBA Gestão de Projetos Sociais e Políticas Públicas da UNICORP. Cursos e Consultoria Educacional João
502 Pessoa/PB. Atua na elaboração, gestão e coordenação de projetos sociais. Atualmente coordena o serviço
503 estadual de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (Casa Abrigo) do estado da
504 Paraíba, Coordenadora de Projetos da Bamidelê e consultora de Projetos da Abayomi - Coletiva de Mulheres
505 Negras na Paraíba. Cecília Maria Izidoro Pinto (UFRJ) - Possui graduação em Enfermagem pela Universidade
506 Federal Fluminense (1987), mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e
507 doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Atualmente, é professora
508 associada I da Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ) e diretora acadêmica da Divisão de Enfermagem do
509 Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. Além disso, é membro da Associação Brasileira de Enfermeiros
510 de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização (SOBECC), membra
511 fundadora da Sociedade Brasileira para Qualidade do Cuidado e Segurança do Paciente (SOBRASP) e da
512 Sociedade Brasileira de Dor (SBED). Também integra a Câmara de Políticas Raciais e da Comissão de
513 Heteroidentificação da UFRJ. E exerce o cargo de professora coordenadora da Liga Acadêmica de Enfermagem
514 em Saúde da População Negra e da Disciplina Tópicos em Relações Étnico-raciais no Contexto da Saúde.
515 Dessa forma, possui experiência na área de Enfermagem, atuando principalmente nos seguintes temas:
516 enfermagem, dor, cuidados de enfermagem, educação antirracista. Ponderou sobre a ordem dos
517 convites. **Encaminhamentos:** Aprovadas as indicações do GT, na seguinte ordem de convites: Marcilene
518 Garcia de Souza (BA), Terlúcia Maria da Silva (PB) e Cecília Maria Izidoro Pinto (UFRJ). O segundo dia da

519 reunião plenária foi encerrado às dezoito horas e trinta e oito minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel
520 Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes
521 nomeadas. _____
522
523
524 *Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta*
525 *por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino*
como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 24/04/2024, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 24/04/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 24/04/2024, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 25/04/2024, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 25/04/2024, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 25/04/2024, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 25/04/2024, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 29/04/2024, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 03/05/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 03/05/2024, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 04/05/2024, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 06/05/2024, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 08/05/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 08/05/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 08/05/2024, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Morais Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 08/05/2024, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 09/05/2024, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 13/05/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 13/05/2024, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 16/05/2024, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1549135** e o código CRC **4D6E939A**.